



ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

NURSING ASSISTANCE TO THE HEALTH OF WOMEN DEPRIVED OF FREEDOM

ASISTENCIA DE ENFERMERÍA PARA LA SALUD DE MUJERES PRIVADAS DE LIBERTAD

Letícia Soares da Silva¹, Maria Micaele Alves de Moraes², Államy Danilo Moura e Silva³

Submetido em: 10/10/2021

e210882

Aprovado em: 20/11/2021

<https://doi.org/10.47820/recima21.v2i10.882>

RESUMO

O sistema prisional é caracterizado por um ambiente com precárias condições de vida, dificultando a atuação do profissional de enfermagem frente à saúde da mulher encarcerada. O objetivo desse trabalho é analisar as evidências científicas acerca das principais dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro para realização de uma assistência de qualidade envolvendo a saúde da mulher no sistema prisional. No presente estudo, foi utilizado o método de revisão integrativa da literatura que estão disponibilizados na íntegra, mediante consultas em publicações científicas indexadas nas bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PUBMED), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A pesquisa resultou em 17 artigos totalizados, com estudos realizados em diferentes estados brasileiros, onde é relatado, pelas presidiárias, a dificuldade do acesso a saúde e condições de vida inadequadas. Perante o exposto, foi possível expor a realidade vivenciada dentro dos presídios femininos, que vai desde a superlotação das celas, o ambiente insalubre, o contato íntimo sem proteção, resultando na proliferação de doenças e a falta de estrutura para atender as particularidades e fases da vida de uma mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da mulher. Assistência de enfermagem. Penitenciária

ABSTRACT

The prison system is characterized for being an environment with precarious living conditions, making it difficult for the nursing professional to work when it comes to the health of imprisoned women. This paperwork aims to analyze the scientific evidence about the main difficulties faced by nurses in providing quality care involving women's health in the prison system. In the present paperwork, the integrative literature review method was used, which are available in full, through consultations in scientific publications indexed in the Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PUBMED), Latin American and Caribbean Literature databases in Health Sciences (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde-LILACS) and Nursing Database (Base de Dados de Enfermagem-BDENF), using the Virtual Health Library (Biblioteca Virtual em Saúde-BVS). The research resulted in 17 articles analyzed, with studies carried out in different Brazilian states, where the inmates reported the difficulty of accessing health and inadequate living conditions. Given the above, it was possible to expose the reality experienced within women's prisons, which ranges from the overcrowding of cells, the unhealthy environment, the unprotected intimate contact, resulting in the proliferation of diseases and the lack of structure to meet the particularities and stages of life of a woman.

KEYWORDS: Women's health. Nursing care. Penitentiary

¹ Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

² Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

³ Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Letícia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, atualmente, a relação entre mulheres e a criminalidade atingiu um número bastante significativo. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, no primeiro semestre de 2017, registrou-se 37.828 mulheres privadas de liberdade, sendo que o número de vagas existentes é de 31.837, dessa forma, observa-se uma taxa de ocupação de 118,8%, resultando na superlotação de presas nos estabelecimentos penais femininos no Brasil (BRASIL, 2017).

No ano de 2014, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), tendo como principal objetivo ampliar ações integrais do Sistema Único de Saúde (SUS). As principais ações que são estabelecidas são a prevenção e a promoção de saúde, com o intuito de controlar ou reduzir agravos mais frequentes na população penitenciária brasileira (BRASIL, 2014).

Em comparação entre as mulheres e os homens na assistência de saúde, o público feminino tem mais necessidades, visto que precisam indispensavelmente de atendimento no pré-natal, parto e puerpério. Assim como, necessitam de exames preventivos, como prevenção do câncer cérvico-uterino e mamário, e controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (FERREIRA et al., 2017).

Diante desse cenário, observa-se a necessidade de uma melhor assistência à saúde da mulher presidiária, por conseguinte, no mesmo ano de 2014, foi promulgada a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), na qual, amplia a assistência, como prevenção de todos os tipos de violência contra essas mulheres, abrange reconhecimento de novas normas e procedimentos adequados às especificidades das mulheres no que tange às questões de gênero, idade, etnia, cor ou raça, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, deficiências física e mental, dentre outros aspectos relevantes, bem como o incentivo à construção e adaptação de unidades prisionais para o público feminino (BRASIL, 2014).

Reconhece-se que a realidade do sistema prisional diante da superlotação, tornam-se desafios para cumprir os planos institucionais. Pode-se observar além da superlotação, há condições estruturais precárias, falta assistência de saúde adequada, em consequência esses estabelecimentos prisionais tornam-se um lugar propício a proliferação ou o agravamento de doenças cardiocirculatórias, respiratórias e queixas álgicas (ARAÚJO et al., 2020).

De acordo com a Teoria das Necessidades Humanas Básicas, os estados de desequilíbrios da saúde de detentas pela falta de estruturas dos presídios, podem gerar problemas de saúde que requerem direta intervenção, definidos como problemas de enfermagem, sendo uma ciência que integra a equipe de saúde, sendo responsável pela reversão dos estados de equilíbrio dinâmico no tempo e espaço, através da assistência de enfermagem e atendimento as necessidades humanas básicas (HORTA, 1974; ARAÚJO et al., 2020).

Neste sentido, a Enfermagem tem um papel muito importante na saúde da mulher, por viverem em um ambiente nefasto e prejudicial à saúde, tendo a enfermagem o dever de cuidar, observar e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

orientar, oferecendo um tratamento adequado, visando as necessidades de cada uma dessas mulheres, que são vulneráveis a inúmeras doenças no sistema prisional, dessa forma, deve-se ganhar a confiança e o respeito (ARAUJO et al., 2017).

Em virtude dos fatos mencionados, observa-se diversos desafios enfrentados pelos enfermeiros para a realização de uma assistência adequada, que variam de estruturas inapropriadas, a falta de materiais para a realização de exames, dificuldades de organizar estratégias para a promoção, além de tensões que são provocadas pelo ambiente em que se encontram. Gera-se medo e a insegurança ocasionando pela instabilidade do sistema penitenciário aos profissionais de saúde (SOUZA, 2018).

O presente estudo foi realizado com base na relevância acerca do tema, pois como citado anteriormente existem diversos fatores que interferem qualidade de vida das pessoas que se encontram no sistema prisional, assim como esses coeficientes interferem no processo saúde-doença. Dessa forma, objetivou-se analisar as evidências científicas acerca das principais dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro para realização de uma assistência de qualidade envolvendo a saúde da mulher no sistema prisional.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão integrativa. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já existentes, deve-se buscar, informar e analisar, conseqüentemente explicar as contribuições sobre o determinado assunto. De acordo com Martins e Theóphilo (2016) uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc.

Conforme Souza (2010), a revisão integrativa da literatura é um método de investigação que possibilita a análise, avaliação crítica e o apanhado das evidências disponíveis sobre o assunto que está sendo investigado, tendo como produto final a compreensão e o estado de conhecimento do tema estudado, a elaboração e implementação de intervenções efetivas na prestação de cuidados e na diminuição de custos, outrossim, permite a identificação de fragilidades, que poderão conduzir a produção e desenvolvimento de futuras investigações.

A questão norteadora do processo revisional estabeleceu-se por meio da estratégia PICO (P= População, I=Interesse, Co= Contexto), pois trata-se de uma pesquisa não-clínica e fundamenta-se em: Quais os aspectos da assistência de enfermagem à saúde da mulher no contexto do sistema prisional?

Para auxiliar na busca dos artigos nas bases de dados foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Saúde da mulher, Cuidados de Enfermagem e Prisões. Por conseguinte, foram combinados entre si com o conector booleanos OR dentro de cada conjunto da estratégia utilizada, posteriormente, cruzados com o operador booleano AND com a finalidade de uma busca sensibilizada, assim apresentado no quadro 1.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

Quadro 1: Quadro de apresentação da estratégia PICO para elaboração da questão norteadora e estratégia de busca

Acrônimos	Componentes	Descs
P	População	Saúde da Mulher
I	Fenômenos de interesse	Cuidados de Enfermagem
Co	Contexto	Prisões

Fonte: Autores (2021).

Os artigos científicos que constituíram essa revisão estão disponibilizados na íntegra, selecionados através da internet (banco de dados online), mediante consultas em publicações científicas indexadas nas bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados em Enfermagem (BDENF) via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). As estratégias utilizadas para busca dos artigos foram baseadas em relação fundamentos do método de revisão e os critérios de inclusão.

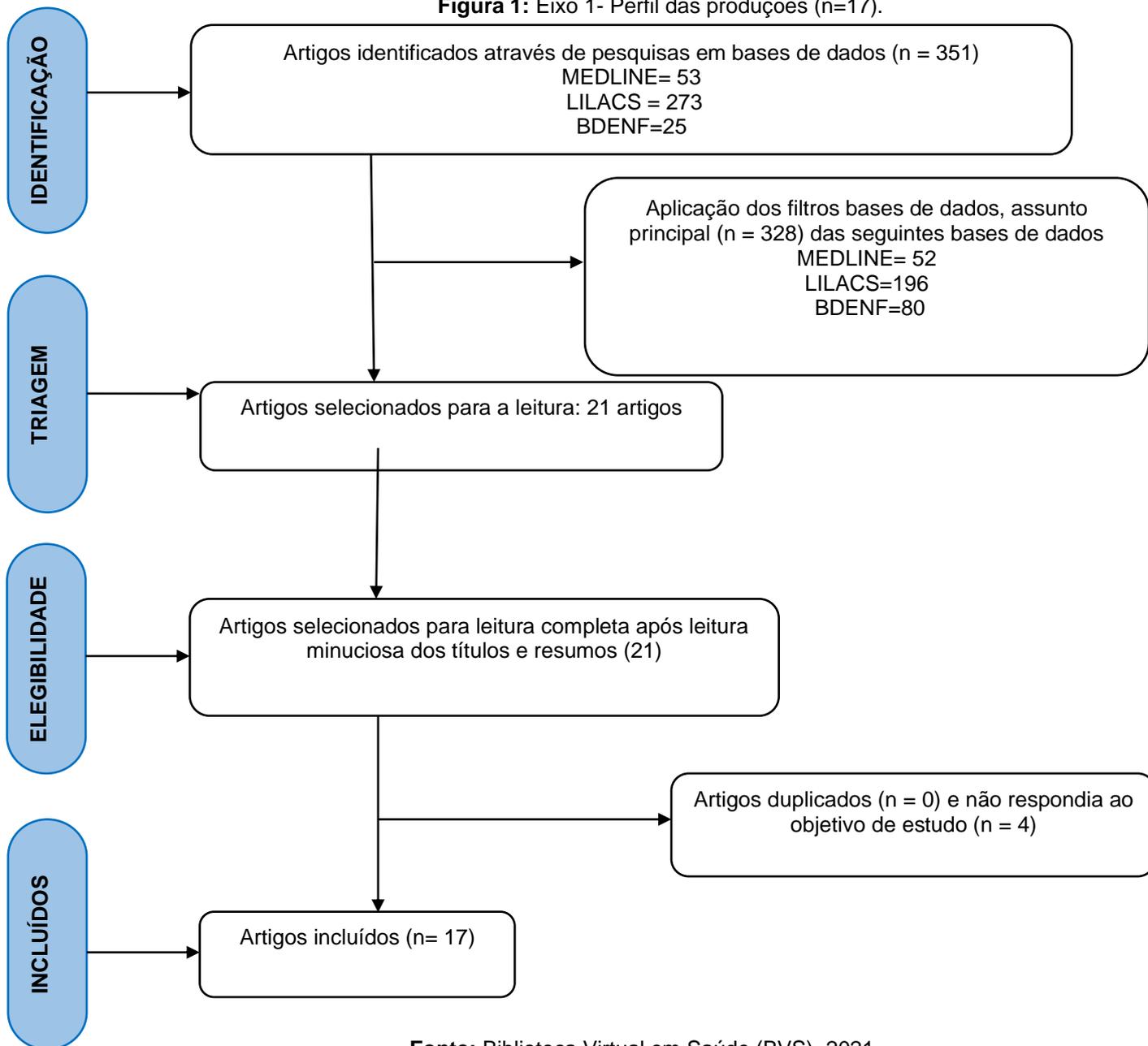
Foram utilizados como critério de inclusão para a seleção das amostras os artigos fornecidos em português que correspondem a temática do estudo, assim como foram utilizados os filtros: texto completo, assunto principal: assistência integral à saúde, prisões, prisioneiros, saúde pública, gestantes, doenças sexualmente transmissíveis, vulnerabilidade em saúde, cuidado pré-natal, direitos da mulher, serviços de saúde da mulher, acesso aos serviços de saúde, infecções por HIV, sífilis, enfermagem. Os critérios de exclusão foram textos incompletos, teses e/ou monografias, dissertações e publicações que não correspondiam a mesma temática e objeto de estudo, o que resultou em um número final de 17 artigos que foram lidos e analisados na íntegra, como mostra a figura 1.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Morais, Államy Danilo Moura e Silva

Figura 1: Eixo 1- Perfil das produções (n=17).



Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), 2021.

Para auxiliar na análise dos dados utilizou-se um Formulário de Categorização de Artigos, esse instrumento é subdividido em dois eixos, o eixo I caracteriza o perfil de todas as publicações no qual categoriza o título, o ano da publicação, autor, local, abordagem e base de dados. Em seguida há o eixo II, no qual descreve os resultados em evidência que tem como base a questão norteadora: Quais os aspectos da assistência de enfermagem à saúde da mulher no contexto do sistema prisional?

Subsequentemente, o conteúdo obtido na coleta de dados e descritos no formulário, foram organizados por meio de uma tabela feita através da ferramenta *Microsoft Word*, assim facilitando a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Letícia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

compreensão e organização dos dados acerca do tema: Assistência de enfermagem à saúde de mulheres privadas de liberdade.

3 RESULTADOS

A aplicação das estratégias de busca e dos critérios de inclusão resultou em uma amostra filtrada de 17 artigos.

A amostra final foi lida e analisada na íntegra, e os dados obtidos foram divididos em dois quadros: Quadro 2, representando o perfil das produções, abordando os seguintes itens: Título, autores, ano, local, abordagem e base de dados.

Quadro 2: Eixo 1- Perfil das produções (n=17).

Nº	Título	Autores/ Ano/ Local	Abordagem	Base de dados
01	Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro	MEDEIROS, M. M. et al., 2021, Alagoas.	Quantitativa	LILACS
02	Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica	SILVA, J. B. et al., 2020, Nordeste	Qualitativa	LILACS
03	Cômodo do inferno: acesso à Atenção Básica em duas delegacias de uma grande cidade brasileira	OLIVEIRA, R. S. et al., 2020, Paraná	Qualitativa	LILACS
04	Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas	ARAÚJO, M. M. et al., 2020, Ceará	Qualitativa	LILACS
05	Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde	SCHULTZ, A. L. V. et al., 2020, Rio Grande do Sul.	Qualitativa	LILACS
06	Mulheres detentas do Recife-PE: saúde e qualidade de vida	FERREIRA, M. C. B. A.; FERNANDES, R. A. Q., 2020, Pernambuco	Quantitativa	LILACS
07	Comportamentos de saúde nas experiências sexuais de mulheres em situação de cárcere	OLIVEIRA, K. R. V. et al., 2020, Alagoas	Qualitativa	MEDLINE



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Allamy Danilo Moura e Silva

08	Ações de prevenção e enfrentamento das IST/AIDS vivenciadas por mulheres encarceradas	LÔBO, M. P. et al., 2019, Bahia	Qualitativa	LILACS
09	A saúde da mulher na colônia penal feminina de Abreu e Lima	MIRANDA, A. P. et al., 2019, Pernambuco	Quantitativo	LILACS
10	Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão	MATOS, K. K, C. et al., 2018, Pernambuco	Qualitativa	BDEFN
11	Sífilis em mulheres egressas do sistema prisional: prevalência e fatores associados /	SILVA, P. A. et al., 2018, Paraíba	Qualitativa	LILACS
12	Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal	SANTANA, A. T. et al., 2017, Bahia	Qualitativa	LILACS
13	Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade	XAVIER, L. D. A. et al., 2017, Pernambuco	Qualitativa	BDEFN
14	Saúde de mulheres no climatério em sistema prisional	SANTOS, R. D. C. et al., 2017, Rio de Janeiro	Qualitativa	LILACS
15	Exame de Papanicolau em mulheres encarceradas	AUDI, C. A. F. et al., 2016, São Paulo	Qualitativa	LILACS
16	Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil	LEAL, M. C. et al., 2016, Rio de Janeiro	Qualitativa	LILACS
17	A saúde e sua relação com a ressocialização das presidiárias	OLIVEIRA, K. R. V. et al., 2019, Alagoas	Qualitativa	BDEFN

Fonte: Autores (2021).

O estudo resultou-se com 17 produções científicas analisadas, das quais três (17,6%) foram identificadas na BDEFN, treze (76,5%) na LILACS, e um (5,9%) na MEDLINE. Os artigos são três (17,7%) abordagem quantitativa, quatorze (82,3%) abordagem qualitativa.

Os estudos encontrados foram realizados em diferentes estados brasileiros, com destaque para quatro (23,5%) em Pernambuco, três (17,7%) em Alagoas, dois (11,7%) na Bahia, assim como dois (11,7%) no Rio de Janeiro. Outros estados como São Paulo, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná e um não especificou, informando apenas, que foi realizado na região Nordeste do Brasil, foi selecionado desses esses estados um estudo (5,9%) de cada, totalizando em sete (35, 4%) estudos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

No quadro 3, apresenta-se os resultados em evidência com o seguinte questionamento: Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro para realização de uma assistência de qualidade envolvendo a saúde da mulher no sistema prisional?

Quadro 3: Eixo 2- Resultado em evidências (n=17).

Nº	Título	Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro para realização de uma assistência de qualidade envolvendo a saúde da mulher no sistema prisional?
01	Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro	O presente estudo demonstrou condições precárias na assistência à saúde, como limitação aos atendimentos, baixa cobertura de exames clínicos e laboratoriais, falta de realização de atividades de educação em saúde, carência de testes rápidos para IST's e exames ginecológicos. Dessa forma, essas mulheres possuem ou estão vulneráveis a IST's, hipertensão arterial, entre outras patologias que podem adquirir, desencadear ou agravar a saúde dessa população.
02	Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica	É notório a insatisfação das mulheres privadas de liberdade em relação a falta de atendimento e estrutura durante o ciclo gravídico-puerperal. Que é decorrente a des(assistência) no pré-natal, que envolve violência obstétrica, sentimentos de abandono no parto e falta de ambiente adequado para os recém-nascidos e para as puérperas.
03	Cômodo do inferno: acesso à Atenção Básica em duas delegacias de uma grande cidade brasileira	O atendimento dos profissionais de saúde à população privada de liberdade tem barreiras, como resistência de alguns detentos, consequentemente o atendimento deve ser feito através de negociação; influência de lideranças de grupos de detentos no controle do acesso à equipe de saúde; receio de alguns profissionais para prestar assistência devido ao grau de periculosidade criminal, pois há poucos policiais disponíveis para garantir a segurança durante o transporte (quando necessário) e durante o atendimento, assim como a carência de uma equipe exclusiva e treinada para atender essa população
04	Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas	Tendo como base a Teoria das Necessidades Humanas Básicas de Wanda de Aguiar Horta, o sistema prisional necessita melhorias, pois o mesmo não oferta assistência às especificidades necessárias ao sexo feminino, inexistência a assistência básica,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Allamy Danilo Moura e Silva

		como alimentação adequada, vestimentas, produtos de higiene e medicamentos.
05	Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde	Quando necessitam dos serviços de atenção secundária e terciária da rede SUS, as detentas necessitam se deslocar para outros locais, através de uma regulação, porém há dificuldades para a inserção e referenciamento das egressas aos serviços de saúde. Outro fator que prejudica a assistência a mulheres, é decorrência ao um fator histórico visto que o sistema prisional foi elaborado para o público masculino, sendo que as mulheres têm necessidades específicas.
06	Mulheres detentas do Recife-PE: saúde e qualidade de vida	Através do estudo, são mencionadas condições precárias que afetam diretamente a saúde das detentas e conseqüentemente afeta no atendimento, pois não há estrutura para atendimento dos profissionais e até mesmo o autocuidado. Cita-se que algumas tem problemas de saúde e não fazem tratamento; superlotação; não bebem água filtrada, não realizam atividade física. A assistência à saúde da mulher, mesmo diante das dificuldades enfrentadas do profissional, a maior parte da população realizou exames de detecção precoce do câncer ginecológico, porém aquelas que se encontravam na faixa etária de realizar mamografia não realizaram o exame.
07	Comportamentos de saúde nas experiências sexuais de mulheres em situação de cárcere	A educação sexual no sistema prisional é insatisfatória, posto que o conhecimento sobre o uso da camisinha de algumas detentas é apenas para evitar gravidez indesejada, sendo que mesma tem a função de prevenção de IST's que é um problema recorrente e preocupante dentro desse ambiente. Resultando em um conhecimento superficial acerca da prevenção de IST's e uso da camisinha, assim como cuidados à saúde e higiene íntima, principalmente durante a prática sexual.
08	Ações de prevenção e enfrentamento das IST/AIDS vivenciadas por mulheres encarceradas	As mulheres encarceradas são consideradas um público vulnerável, visto que estão diante de uma péssima qualidade de vida, em decorrência as condições do local onde se encontram, a falta de orientação, dentre outros fatores. Dessa maneira, a assistência de enfermagem é indispensável, pois são necessárias



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

		ações na promoção da saúde e prevenção de agravos, como educação sexual, acolhimento e realização de exames de detecção precoce do câncer ginecológico, assim como outras doenças.
09	A saúde da mulher na colônia penal feminina de Abreu e Lima	O acesso a preservativos para prevenção de ISTs, planejamento familiar e serviços gerais relacionados ao bem estar das pessoas privadas de liberdade, visto que, as prisões são ambientes propícios para agravos a saúde
10	Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão	É notado as fragilidade do cárcere no âmbito institucional como pessoal, acarretando a ausência de assistência de qualidade mudanças, como o acompanhamento sistematizado do pré-natal e a atenção especial à saúde mental das detentas durante a gravidez.
11	Sífilis em mulheres egressas do sistema prisional: prevalência e fatores associados /	A importância da utilização de métodos de rastreio de infecções em ambiente prisional e estratégias de saúde voltadas para a prevenção e o diagnóstico precoce entre as mulheres egressas do sistema penal, de acordo com as características contextuais de cada uma.
12	Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal	Conceder a capacitação de profissionais de saúde, por meio de projetos de intervenção, medidas adotadas na direção de políticas públicas instituídas em defesa das gestantes encarceradas com ênfase no direito à dignidade da mulher grávida.
13	Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade	A necessidade de melhorias na assistência no âmbito carcerário como na distribuição de métodos de proteção e divulgação de informações em prol do avanço do cuidado às doenças como o CCU e ISTs.
14	Saúde de mulheres no climatério em sistema prisional	O período do climatério impõe o enfrentamento de barreiras que se intensificam no ambiente prisional deve ser mais explorado pelas políticas públicas de saúde contribuindo para melhoria das condições de vida desse grupo de mulheres.
15	Exame de Papanicolau em mulheres encarceradas	É de caráter reduzido a cobertura do exame de Papanicolau entre as mulheres em confinamento, condição que necessita ser mudada uma vez que, é obrigação do estado zelar pela saúde dessa população.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Allamy Danilo Moura e Silva

16	Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil	Tendo em vista as precárias assistência pré-natal oferecida, contrariando a Constituição Federal, é de grande importância oferecer as mulheres oportunidades de promoção da saúde, especialmente no campo da saúde reprodutiva e sexual e da puericultura.
17	A saúde e sua relação com a ressocialização das presidiárias	A ressocialização no cenário prisional deve ser visto como um direito das mulheres, pois a saúde é direito de todos, visto que a garantia de cuidados básicos são fundamentais inserção das mesmas na sociedade.

Fonte: Autores (2021).

4 DISCUSSÃO

4.1 Fatores que interferem no processo saúde doença no âmbito prisional

A análise literária permitiu que o perfil das mulheres privadas de liberdade são mulheres com idade média de 31 anos, baixa escolaridade e solteiras. Verifica-se uso abusivo de tabaco, elevada prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis e hipertensão arterial. Constatou-se uma baixa cobertura das ações de saúde, ou seja, os problemas de saúde já existentes podem se agravar após o encarceramento ou novas doenças podem ser desencadeadas (MEDEIROS et al., 2021).

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, no primeiro semestre de 2017, a taxa de ocupação de 118,8%, visto-que nos registros constatou 37.828 mulheres privadas de liberdade, sendo que o número de vagas existentes é de 31.837 (BRASIL, 2017). De acordo com Ferreira e Fernandes (2020), a qualidade de vida de mulheres detentas é baixa, pois o ambiente e as condições em que se encontram é um coeficiente de morbidades físicas e mentais. Em alternativa, algumas atribuições que são desenvolvidas, por exemplo, atividade renumerada, fazer exercício físico e receber visita social cooperam na melhoria da qualidade vida dessa população.

De acordo com a Horta (1997) e a Teoria das necessidades humanas básicas, as pessoas devem ter suas necessidades psicobiologias e psicossociais atendidas, e consequentemente proporcionar o bem-estar, quando o ocorre de maneira oposta, podem interferir diretamente no processo saúde-doença. À vista disso, a assistência de saúde nas prisões, é insatisfatória, assim como a superlotação, estrutura precária, ambiente insalubre, falta de higiene, alimentação e água de qualidade, torna o cárcere um ambiente de desenvolvimento ou agravamentos de enfermidades (ARAÚJO et al., 2020).

Vale ressaltar que mesmo as penitenciárias sendo exclusivas para mulheres, a sua elaboração foi feita como se fosse para o público masculino, visto que, devem atender as necessidades ações sociais e culturais. Com a finalidade de assegurar os direitos durante o encarceramento, foi criada pelo Estado em 1984, a Lei de Execução Penal (LEP), na qual visa garantir os direitos e deveres através de normas fundamentais. Dentre os direitos previstos para a população carcerária estão a assistência jurídica, a educacional, a social, a religiosa e de saúde. A mesma consolidou o dever em que as unidades prisionais femininas deveriam ter berçários, onde as condenadas possam amamentar seus



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Letícia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

filhos, assim como destinação de alojamento para gestante e parturiente, e de creche (SCHULTZ et al., 2020; BRASIL, 1984).

Diante das necessidades, se o estabelecimento prisional não estiver preparado para promover a assistência necessária, deverá ser prestada em outro local, sendo exigido para isso a autorização da direção do estabelecimento, pois toda a população privada de liberdade tem direito ao acesso aos serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS), todavia existem barreiras que estão associadas a fatores de macrogestão da clínica como a racionalidade burocrática do SUS (barreiras para o acesso aos serviços de cuidados primários); e de micro gestão da clínica como a pouca comunicação e articulação das equipes de atenção básica prisional (EABp) com os demais serviços da rede SUS.

Além disso, em um estudo similar, Oliveira et al. (2020), que além das condições precárias do sistema prisional interferem diretamente na assistência à saúde, assim como, aspectos organizacionais, como uso do atendimento à saúde como elemento de negociação; a triagem para o atendimento pela avaliação dos agentes de segurança; influência de lideranças de grupos de detentos no controle do acesso à equipe de saúde; oferta insuficiente de consultas; necessidade do encaminhamento de bilhetes ao agente; falta de um profissional da Odontologia; pequeno número de policiais disponíveis para garantir a segurança durante o transporte e o atendimento; e a própria inexistência de uma equipe exclusiva e treinada para atender à população privada de liberdade.

Diante a situação referente a mulher e suas particularidades, na pesquisa realizada por Silva et al., (2020) assistência à saúde durante o ciclo gravídico-puerperal é inferior ao esperado, pois, as mesmas relatam que falta atendimento humanizado, atividades educativas, medicamentos, ausência de suporte social estrutural. Esse são fatores que afetam o atendimento ao pré-natal de risco habitual, onde é realizado no ambiente prisional, mas acaba sendo dificultado devido à falta de suporte financeiro, carência de atendimento de profissionais especializado que contribuem com ações de prevenção e tratamento de complicações e agravos.

Oliveira et al. (2019), as mulheres em situação privada de liberdade, tendo como base as suas necessidades de satisfação sexual, emocional e até mesmo abandono dos seus parceiros após a prisão, para muitas a homossexualidade é uma forma de refúgio para suprir essas necessidades em momentos de solidão, tristeza e carência. Que conseqüentemente, por não haver penetração no ato sexual ou o contato com homens, as mesmas não tinham conhecimentos dos riscos de contaminação ou agravos que estavam se expondo, como a IST's. Dessa forma, evidencia a insuficiência de informações e conhecimentos incorretos acerca de questões relacionadas a riscos e práticas de saúde, pelas mulheres no cárcere

Em concordância, Lôbo et al. (2019) aborda em sua pesquisa que é possível entender que, para identificar as vulnerabilidades às IST que acometem as mulheres encarceradas e elaborar ações de promoção a sua saúde e prevenção as IST, torna-se necessário familiarizar e conhecer a vida sexual, seus contextos sociais e individuais e suas características individualmente e coletivamente, pois as mesmas possuem conhecimento artificial acerca da importância de preservativo para evitar IST e não apenas gravidez indesejada, cuidados com a saúde e higiene íntima .



4.2 Assistência de enfermagem do sistema prisional

De acordo com o estudo de Miranda (2019) as presas afirmam a ineficiência do atendimento as suas necessidades, no que diz respeito a assistência à saúde, promoção e prevenção de agravos, desrespeitando à singularidade feminina, trazendo consequências em relação entre vinculação entre profissional e paciente, levando em conta a necessidade de uma atenção mais rigorosa, para que o próprio estado cumpra com os direitos das mulheres de acordo com a lei.

A situação do encarceramento se torna mais delicada quando se trata de mulheres grávidas, uma vez que, a gestação é um momento de diversas mudanças físicas, psicológicas e sociais com uma atenção maior e necessidade da assistência pré-natal pela equipe de saúde, sendo fundamental e que tem como finalidade monitorar e acompanhar a gestação, detectando e interferindo nos casos de risco à saúde materna e fetal, além de exames laboratoriais, imunizações, ações educativas, atenção especial à saúde mental das detentas (MATOS et al., 2018).

A assistência de qualidade no sistema prisional feminino em relação a mulher grávida ainda encontra-se de uma maneira de difícil acesso, além do fator de risco inerente a uma baixa condição socioeconômica, fator que pode acarretar a falta de informações, as mulheres que passam pela gestação e parto em uma prisão são ainda mais vulneráveis por conta das precárias condições de vida (LEAL et al., 2016).

A atenção às gestantes privadas de liberdade tem o objetivo de reduzir as taxas de morbimortalidade materna e infantil, deve ser realizada de maneira integral e universal. O profissional enfermeiro tem maior contato com o indivíduo no processo de cuidado, sendo peça chave na educação e promoção da saúde permitindo assim maior adesão das mulheres ao pré-natal. A pesquisa mostra a realidade vivenciada pelas mulheres presas e aponta a urgência na inserção de políticas públicas voltadas para as mulheres gestantes. (SANTANA et al., 2017).

As condições precárias dos sistemas prisionais brasileiros proporciona risco adicional para infecção, a superlotação favorecem situações de falta de higiene, violência, sedentarismo, insalubridade, má alimentação, uso de drogas, o ambiente também propicia a prática sexual desprotegida, causando proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, sendo a sífilis uma das mais comuns, com prevalência em mulheres com idade superior a 35 anos, reafirmando os resultados encontrados em estudo realizado no Piauí. O enfermeiro e equipe devem realizar a adoção de estratégias de rastreio, triagem e abordagens diagnósticas e prevenção da sífilis, de acordo com as especificidades contextuais dessas mulheres (SILVA et al., 2018).

De acordo com o estudo de Xavier (2017) o câncer de colo de útero é uma das graves doenças que podem ser evitadas e prevenidas partindo de uma assistência de qualidade, que vai desde informações, projetos educativos e conscientização a realização do exame citológico de colo de útero, diminuindo assim a prevalência e proliferação de doenças no ambiente, porém, acredita-se que ainda há necessidades de melhorias na assistência no âmbito carcerário, dividindo opiniões com o autor Audi (2016), que em seu estudo, defende a importância da adesão do profissional da saúde na promoção e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Letícia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

prevenção de agravos que acometem comumente o público feminino, por meio da distribuição de métodos de proteção e divulgação de informações.

Tendo em vista os inúmeros problemas que afetam a saúde das mulheres privadas de liberdade, também se torna importante relatar alterações fisiológicas que o corpo de uma mulher passa, apresentam sinais e sintomas desconfortáveis. O período do climatério é uma fase que merece reconhecimento e atenção maior, pois, podem apresentar acentuadas alterações hormonais, podendo conciliar-se com a presença de tristeza profunda e alterações frequentes do humor. Diante disso, torna-se notável que o enfermeiro e equipe realize acolhimento, trate doenças, promova ações de autocuidado, a fim de minimizar o desconforto desse grupo específico de mulheres (SANTOS et al., 2017).

Considerando esses direitos de assistência a saúde proporcionados por lei para mulheres que se encontram em estado de confinamento prisional, o profissional da saúde de certa forma, trabalha com o intuito de oferecer a essas mulheres a promoção de exercício reflexivo sobre a saúde e a preparação para a inserção na sociedade, em que as práticas de cuidado em saúde sejam parte relevante e integrada nesse processo (OLIVEIRA et al., 2019).

5 CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu observar que a população que se encontra privada de liberdade, muitos ali adentraram sem problemas de saúde, e devido as condições em que se encontram os sistemas prisionais femininos, que foram descritos como a superlotação, estrutura inadequada para atender as necessidades e particularidades femininas, alimentação inadequada, falta de higiene, carência de informações e assistência adequada de saúde, por consequência, desencadeiam alguma patologia ou agravamento.

Diante do contexto, evidencia que a enfermagem tem o papel fundamental dentro do sistema prisional na promoção, prevenção e tratamento de patologias. Porém, há barreiras que impedem uma assistência de qualidade, como a falta de estrutura para atendimento; carência de material para realizar exames; o receio de algumas mulheres tem de procurarem ajuda, por medo de julgamento, ou até mesmo devido à atendimentos anteriores que foram insatisfatórios.

Ademais, espera-se que esse estudo possa incentivar estratégias referentes a capacitação dos profissionais que trabalham nesse ambiente, com finalidade de propor um atendimento humanizado, incentivar o autocuidado, promover educação em saúde. Assim, tendo como resultado uma assistência eficaz, ativa e satisfatória, em decorrência do sistema prisional ser um ambiente de trabalho desafiador, devido as mulheres viverem em vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M. *et al.* Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, e20190303, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0303>. Disponível em:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Leticia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Allamy Danilo Moura e Silva

http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000300209. Acesso em: 23 ago. 2021.

AUDI, C. A. F. *et al.* Exame de Papanicolau em mulheres encarceradas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, p. 675-678, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201600030017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/XMxfSqsS4w3DrgXmmmTSbBr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. Infopen. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública Dep Penitenciário Nac, 2017. p. 2-79. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf>. Acesso em: 24 de mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal (LEP). Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 26 de mar. 2021.

FERREIRA, M. C. A. D. S.; FERNANDES, R. A. Q. Mulheres detentas do Recife-PE: saúde e qualidade de vida. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, e20200062, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0062>. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000400207. Acesso em: 14 set. 2021.

HORTA, Wanda de Aguiar. Enfermagem: teoria, conceitos, princípios e processo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 8, n. 1, p. 7-17, 1974. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62341974000100007&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso: 13 mar. 2021.

LEAL, M. C. *et al.* Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2061-2070, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2016.v21n7/2061-2070/pt/>. Acesso em: 20 set. 2021.

LÔBO, M. P. *et al.* Ações de prevenção e enfrentamento das IST/AIDS vivenciadas por mulheres encarceradas. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 27, e40203, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.40203>. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/40203>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**. Documento Basilar para a Elaboração da Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210/2014. 2014. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/361/1/PRI_GM_2014_210.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATOS, K. K. C. *et al.* Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 3069-3077, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i11a235006p3069-3077-2018>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/235006/30509>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MEDEIROS, M. M. *et al.* Panorama das condições de saúde de um presídio feminino do nordeste brasileiro. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1060-1067, 2021. DOI: [10.9789/2175-5361.rpcf.v13.9962](https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcf.v13.9962). Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9962/10036>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MIRANDA, A. P. *et al.* A saúde da mulher na colônia penal feminina de Abreu e Lima. **Nursing**, São Paulo, v. 22, n. 259, p. 3374-3378, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2019v22i259p3374-3378>.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE
Letícia Soares da Silva, Maria Micaele Alves de Moraes, Államy Danilo Moura e Silva

Disponível em: <http://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/435/410>.
Acesso em: 23 set. 2021.

OLIVEIRA, R. S. et al. Cômulo do inferno: acesso à Atenção Básica em duas delegacias de uma grande cidade brasileira. **Interface (Botucatu, online)**, v. 24, Supl. 1, p. e190524, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.190524>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2020.v24suppl1/e190524/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

OLIVEIRA, K. R. V. et al. A saúde e sua relação com a ressocialização das presidiárias. **Rev. enferm. UFPE (on line)**, p. 541-545, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v13i02a237989p541-545-2019>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/235921/31382>. Acesso em 23 set. 2021.

SANTANA, A. T. et al. Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v. 40, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2016.v40.n1.a778>. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-859586>. Acesso em: 3 out. 2021.

SANTOS, R. D. C. et al. Saúde de mulheres no climatério em sistema prisional. **Cogitare Enfermagem**, v. 22, n. 1, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v22i1.48235>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/48235>. Acesso em: 10 out. 2021.

SCHULTZ, A. L. V. et al. Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300325, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300325>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SILVA, J. B. et al. Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. **REME rev. min. Enferm**, Minas Gerais, v. 24, p. e1346, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1415.2762.20200083>. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-27622020000100266. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, P. A. S. et al. Sífilis em mulheres egressas do sistema prisional: prevalência e fatores associados. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 19, p. e3321, 2018. DOI: [10.15253/2175-6783.2018193321](https://doi.org/10.15253/2175-6783.2018193321). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33663>. Acesso em: 2 out. 2021.

SOUZA, G. C.; CABRAL, K. D. S.; LEITE-SALGUEIRO, C. D. B. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada. **Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 55-62, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6240>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2021.

XAVIER, L. D. A. et al. Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 2743-2750, 2017. DOI: [10.5205/reuol.10939-97553-1-RV.1107201713](https://doi.org/10.5205/reuol.10939-97553-1-RV.1107201713). Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-32342>. Acesso em: 11 set. 2021.